



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2025
REGISTRO DE PREÇOS**

DADOS GERAIS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 29 de julho de 2025, às 09:00 hs.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:
PORTAL BANRISUL -> www.pregaoonlinebanrisul.com.br
Modo de Disputa: Aberto

COORDENAÇÃO DO PROCESSO:

Pregoeiro: Edson Rubem Duarte Santiago

E-mail: compras@alecrim.rs.gov.br

Fone: (55) 3187-0115

Endereço: Rua Nicolau José Schaedler, 42, Centro, Alecrim / RS

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 15/2025**

Município de Alecrim/RS

Secretaria Municipal de Saúde

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

Edital de pregão eletrônico para registro de preços visando
a Aquisição de Medicamentos

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALECRIM/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão para **registro de preços**, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando a **Aquisição de Medicamentos**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.pregaoonlinebanrisul.com.br, **no dia 29 de julho de 2025, às 09:00 hs**, podendo as propostas serem **enviadas até às 08h e 30min**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para **Aquisição de Medicamentos**, conforme descritivo constante no ANEXO I deste Edital.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao Pregão OnLine Banrisul, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.pregaoonlinebanrisul.com.br/fornecedores>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97
Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135
E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 10.1 e 10.1.2 deste edital.

3.2.3. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, **com a indicação completa do produto ofertado**, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. **Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, quatro casas decimais após a vírgula.**

4.4. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá enviar os seguintes documentos, exclusivamente por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

meio do Portal www.pregaoonlinebanrisul.com.br, no prazo máximo de 02 horas a contar do momento em que for declarado como vencedor no item:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade(CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS);
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que pretender usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a comprovação de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração expressa atualizada ou Certidão Simplificada, ambas com data de expedição de até 06 (seis) meses anteriores à data da licitação, informando que a mesma se enquadra nesta condição.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4. DECLARAÇÕES:

- a) Declaração conjunta conforme modelo do ANEXO III do edital.

5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da empresa licitante, emitida pelo órgão competente, dentro do seu período de validade;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da empresa licitante, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária(ANVISA);
 - b1) Em caso de distribuidora juntar AFE do fabricante do produto.
- c) Certidão de regularidade dos medicamentos junto a ANVISA.

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

5.5.1. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.8. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência da contratação, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo do próprio sistema eletrônico.

7.3. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. Serão aceitos lances com **até 02 (duas) casas decimais depois da vírgula**.

8.7.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar n.º 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate do art. 60, § 1º, da Lei 14.133/2021.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá negociar melhor proposta com o primeiro colocado.

11.2. O envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2., 5.3. e 5.4, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. A beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

15.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.2. Será respeitada, nas aquisições, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto n.º 11.462/23.

16.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS

17.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma vez, justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

17.2. Os medicamentos fornecidos devem ter **prazo de validade de no mínimo 01(um) ano** a contar da data

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

da entrega.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal, correndo a despesa em dotação orçamentária específica.

18.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega total do(s) produto(s), contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

18.2.1. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO;

18.2.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

18.3. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão eletrônico, do empenho e da Ata de Registro de Preços, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório;

18.5. As Notas Fiscais emitidas deverão observar a legislação tributária pertinente, especialmente a IN RFB n.º 971/2009 (INSS), a IN RFB n.º 1234/2012, (IRRF), além do Código Tributário Municipal Lei n.º 745/89, Lei Municipal n.º 1650/1991 (ISS) e Lei Complementar n.º 123/2006 (Simples Nacional).

18.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

18.7. A conta bancária apresentada para depósito dos valores devidos deverá, obrigatoriamente, pertencer a mesma pessoa jurídica vencedora do processo licitatório.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O prazo de entrega dos itens é de até 15 (quinze) dias a contar do envio do empenho.

19.2. Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Padre Afonso Seger, n.º 215, no horário das 08:00 às 17 horas

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

19.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19.5. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A sanção prevista na letra “a” do item 20.2. (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 20.1. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção prevista na letra “b” do item 20.2. (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 20.1. deste Edital, nos seguintes termos:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

20.6. A sanção prevista na letra “c” do item 20.2. (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 20.1. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Alecrim/RS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.7. A sanção prevista na “d” do item 20.2. (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 20.1. deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1. deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 20.2., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.8. A sanção estabelecida na letra “d” do item 20.2. (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Edital será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da Secretária Municipal.

20.9. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 20.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 20.2. (multa) deste Edital.

20.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia, quando prestada, ou será cobrada judicialmente.

20.11. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.12. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 20.2. (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.13. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 20.2. Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

20.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.16. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

20.17. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do sítio eletrônico: www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo sítio eletrônico.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Cristo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.5. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras, pelo telefone: (55) 3187-0115, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

22.6. Fazem parte deste Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Alecrim, 11 de julho de 2025.

**Neusa Ledur Kuhn
Prefeita Municipal**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Marca
1	ACARBOSE 100 MG	COMP	360	1,45	
2	ACEBROFILINA 50 MG/ML XAROPE	FRASC	50	18,14	
3	ACETATO DE RETINOL 50.000UI/ML +CALECALCIFEROL	FRASC	100	16,00	
4	ACETILCISTEINA 40 MG/ML XAROPE	FRASC	50	4,25	
5	ACICLOVIR 200 MG	COMP	1.500	0,20	
6	ACICLOVIR 50 MG/GR (Creme uso dermatológico)	BISNG	100	2,19	
7	ACIDO ACETILSALECÍLICO 100 MG	COMP	100.000	0,04	
8	ACIDO ACETILSALECÍLICO TAMPONADO 100 MG	COMP	3.000	0,49	
9	ACIDO ACETILSALECÍLICO TAMPONADO 200 MG	COMP	2.000	0,67	
10	ACIDO FOLICO 5 MG	COMP	3.000	0,04	
11	ACIDO VALPRÓICO 250 MG	COMP	6.000	0,23	
12	ACIDO VALPROICO 500 MG	COMP	18.000	0,54	
13	ACIDO VALPRÓICO 50 MG/5ML	FRASC	200	4,80	
14	ALBENDAZOL 400 MG COMP. MASTIGÁVEL	COMP	1.000	0,37	
15	ALBENDAZOL 40 MG/ML (FRASCO C/ 10ML)	FRASC	200	1,09	
16	ALENDRONATO 70 MG	COMP	2.500	0,22	
17	ALOPURINOL 100 MG	COMP	3.000	0,13	
18	ALOPURINOL 300 MG	COMP	2.000	0,26	
19	ALPRAZOLAM 0,25 MG	COMP	400	0,12	
20	AMILORID+ HCT 2,5/25 MG	COMP	360	0,24	
21	AMINOFILINA 100 MG	COMP	6.000	0,07	
22	AMINOFILINA 200 MG	COMP	360	0,18	
23	AMITRIPTILINA 25 MG	COMP	40.000	0,07	
24	AMOXACILINA 500 MG	CAPS	5.000	0,20	
25	AMOXACILINA 250 MG/5ML	FRASC	700	6,52	
26	AMOXACILINA250MG/5ML + CLAVULANATO 62,5 MG/5ML	FRASC	250	15,31	
27	AMOXACILINA +CLAVULANATO 400 +57MG/ML	FRASC	80	21,30	
28	AMOXACILINA +CLAVULANATO 500+125 MG	CAPS	8.000	1,09	
29	AMOXACILINA +CLAVULANATO 875+125 MG	CAPS	510	1,83	
30	ANLODIPINO 10 MG	COMP	3.000	0,07	
31	ANLODIPINO 5 MG	COMP	30.000	0,03	
32	ANLODIPINO 2,5 MG	COMP	2.000	0,79	
33	ATENOLOL 100 MG	COMP	5.000	0,10	
34	ATENOLOL 50 MG	COMP	50.000	0,07	
35	ATENOLOL 25 MG	COMP	6.000	0,04	
36	ATENOLOL+CLORTALIDONA 25/12,5 MG	COMP	360	0,56	
37	ATENOLOL +CLORTALIDONA 100/25 MG	COMP	360	0,32	
38	ATENOLOL +CLORTALIDONA 50/12,5 MG	COMP	8.000	0,20	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

39	ATORVASTATINA 20 MG	COMP	720	0,31	
40	ATORVASTATINA 40 MG	COMP	720	0,60	
41	AZITROMICINA 200 MG/5 ML (600MG)	FRASC	200	6,00	
42	AZITROMICINA 500 MG	COMP	1.000	0,98	
43	BENZILPENICILINA 1.200.000 UI	AMPOL	50	8,28	
44	BENZOATO DE BENZILIA 250 MG/ML	FRASC	100	6,55	
45	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML	FRASC	30	6,45	
46	BESILATO DE LEVANLODIPINO 5 MG	COMP	180	2,47	
47	BETAISTINA 16 MG	COMP	2.000	0,22	
48	BETAISTINA 24 MG	COMP	18.000	0,30	
49	BETAISTINA 48 MG XR	COMP	360	2,70	
50	BETAMETAZONA +GENTAMICINA 0,5MG/G+ 1 MG/G	BISNAG	200	6,65	
51	BIPERIDENO 2 MG	COMP	12.000	0,21	
52	BISACORDIL 5 MG	COMP	1.000	0,23	
53	BISOPROLOL 2,5 MG	COMP	1.500	0,31	
54	BISOPROLOL 5 MG	COMP	1.000	0,80	
55	BROMAZEPAM 3 MG	COMP	6.000	0,11	
56	BROMAZEPAM 6 MG	COMP	8.000	0,13	
57	BROMETO DE IPATRÓPIO 20 MCG/DOSE	FRASC	100	24,36	
58	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25 MG/ML	FRASC	20	6,25	
59	BROMOPRIDA 10 MG	COMP	5.000	0,18	
60	BROMOPRIDA 4 MG/ML	FRASC	100	1,09	
61	BUDESONIDE 64 MCG SPRAY NASAL 120 DOSES	FRAS	50	15,00	
62	BUDESONIDE 32 MCG SPRAY NASAL 120 DOSES	FRASC	50	9,30	
63	BUDESONIDE 50 MCG SPRAY NASAL 120 DOSES	FRASC	50	22,06	
64	BUPROPIONA 150 MG	CAPS	510	0,45	
65	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMIDA 10 MG	COMP	300	0,50	
66	BUTILNITRATO DE ESCOPOLAMIDA 10 MG/ML	FRASC	50	7,27	
67	CANDESARTANA CILEXILILA 32 MG	COMP	180	1,95	
68	CAPTOPRIL 25 MG	COMP	25.000	0,03	
69	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	25.000	0,18	
70	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP. ORAL	FRASC	50	9,43	
71	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG	COMP	8.000	0,06	
72	CARBONATO DE CÁLCIO 625 MG +VITAMINA D200 UI	COMP	25.000	0,09	
73	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	20.000	0,35	
74	CARBONATO DE LITIO 450 MG	COMP	360	1,46	
75	CARVEDILOL 12,5 MG	COMP	5.000	0,12	
76	CARVEDILOL 6,25 MG	COMP	25.000	0,10	
77	CARVEDILOL 3,125 MG	COMP	15.000	0,10	
78	CEFALEXINA 250 MG/5ML	FRASC	100	7,40	
79	CEFALEXINA 500 MG	COMP	2.000	0,42	
80	CEFTRIAZONA SÓDICA 1 G (INJETÁVEL)+ LIDOCAINA	AMPOL	100	8,80	
81	CEFTRIAZONA SÓDICA 500 MG (INJETÁVEL) + LIDOCAINA	AMPOL	30	7,88	
82	CETOCONAZOL 200 MG	COMP	3.000	0,26	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM

83	CETOCONAZOL 20 MG (CREME DERMATOLÓGICO)	BISNAG	100	3,40	
84	CETOCONAZOL 20 MG+BETAMETAZONA 0,5 MG+NEOMICINA 1,5 MG	BISNAG	300	5,15	
85	CETOPROFENO 160 MG	CAPS	360	1,94	
86	CETOPROFENO 320 MG	CAPS	360	3,50	
87	CILOSTAZOL 100 MG	COMP	1.500	0,44	
88	CILOSTAZOL 50 MG	COMP	2.500	0,25	
89	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	3.000	0,36	
90	CIPROFLOXACINO 500 MG	COMP	510	0,22	
91	CITALOPRAM 20 MG	COMP	80.000	0,15	
92	CLINDAMICINA 300 MG	CAPS	2.000	1,18	
93	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	FRASC	1.500	2,30	
94	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	10.000	0,05	
95	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	10.000	0,34	
96	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % SOLUÇÃO NASAL(SEM BENZALCÔNIO)	FRASC	100	0,94	
97	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	COMP	2.000	0,11	
98	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10 MG	COMP	6.000	0,13	
99	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 18 MG VER. LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	90	5,99	
100	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 30 MG	COMP	360	1,70	
101	CLORIDRATO DE VERAPRAMIL 80 MG	COMP	6.000	0,16	
102	CLORPROMAZINA 100 MG	COMP	4.000	0,27	
103	CLORPROMAZINA 25 MG	COMP	5.000	0,23	
104	CLORPROMAZINA 40 MG/ML	FRASC	50	6,62	
105	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	1.500	0,17	
106	CLORTALODONA 25 MG	COMP	6.000	0,23	
107	COLCHICINA 0,5 MG	COMP	2.000	0,26	
108	COMPLEXO B	COMP	20.000	0,04	
109	COMPLEXO SENNA ALMEIDA PRADO 46	COMP	360	0,64	
110	DAPAGLIFLOZINA 10 MG	COMP	900	4,24	
111	DAPAGLIFLOZINA 5+METFORMINA 1000	COMP	270	2,86	
112	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML LOÇÃO	FRASC	100	4,95	
113	DESLOTRATADINA 0,5 MG/ML	FRASC	150	7,79	
114	DESLOTRATADINA 5 MG	COMP	2.000	0,75	
115	DEXAMETAZONA 1 MG/G	BISNA	500	1,21	
116	DEXAMETAZONA 4 MG	COMP	1.500	0,24	
117	DEXCLORFENIRAMINA 0, 4MG/ML	FRASC	50	1,64	
118	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG+ BETAMETAZONA 0,25 MG	COMP	3.000	0,26	
119	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG+BETAMETAZONA 0,25 MG/ML XAROPE	FRASC	2.000	2,64	
120	DIAZEPAM 10 MG	COMP	6.000	0,07	
121	DIAZEPAM 5 MG	COMP	5.000	0,07	
122	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	COMP	8.000	0,07	
123	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	1.000	0,12	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

124	DIMENIDRINATO 25 MG/ML+PERIDOXINA 5 MG/ML	FRASC	200	3,70	
125	DIMENIDRINATO 50 MG+PIRIDOXINA 10 MG	COMP	5.000	0,56	
126	DIOSMINA 450+HESPIRIDINA 50 MG	COMP	5.000	0,45	
127	DIOSMINA 900 +HESPERIDINA 50 MG	COMP	360	2,10	
128	DIPIRONA 500 MG/ML GOTAS(FRASCO C/10ML)	FRASC	500	1,13	
129	DIPIRONA 500 MG	COMP	35.000	0,13	
130	DIPIRONA SÓDICA 1 G	COMP	1.500	0,91	
131	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	COMP	3.000	0,65	
132	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250 MG	COMP	510	0,89	
133	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	COMP	360	1,47	
134	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	900	0,10	
135	DOXAZOSINA 2 MG	COMP	30.000	0,10	
136	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML PEDIATRICO	FRAC	30	7,90	
137	DROPROPIZINA 3 MG/ML ADULTO	FRASC	30	6,24	
138	DULOXETINA 30 MG	CAPS	1.200	1,32	
139	DULOXETINA 60 MG	CAPS	3.000	2,44	
140	EMPAGLIFLOZINA 25 MG	COMP	720	6,27	
141	EMPAGLIFLOZINA 10 MG	COMP	180	6,20	
142	ENALAPRIL 5 MG	COMP	12.000	0,06	
143	ENALAPRIL 10 MG	COMP	50.000	0,04	
144	ENALAPRIL 20 MG	COMP	50.000	0,06	
145	ESCITALOPRAM 20 MG	COMP	3.000	0,46	
146	ESCITALOPRAM 20 MG/ML	FRASC	20	19,78	
147	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG/250 MG	COMP	10.000	0,38	
148	ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML +DIPIRONA 333,4MG/ML	FRASCO	300	6,55	
149	ESOMEPRAZOL 40 MG	COMP	900	2,40	
150	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	30.000	0,17	
151	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	4.000	0,37	
152	ESPIRONOLACTONA 100 MG	COMP	510	0,58	
153	ESTROGENIOS COMJ, 0,625 MG	COMP	600	1,04	
154	EZETIMIBA 10 MG	COMP	360	0,64	
155	FENITOINA 100 MG	COMP	18.000	0,13	
156	FENOBARBITAL 100 MG	COMP	1.000	0,14	
157	FENOBARBITAL 40 MG/ML	FRASC	80	4,07	
158	FENOFIBRATO 250 MG	COMP	360	1,87	
159	FINASTERIDA 5 MG	COMP	30.000	0,37	
160	FLUCONAZOL 150 MG	CAPS	300	0,44	
161	FLUOCINOLONA ACETONIDA 0,275 MG+SULFATO DE NEOMICINA 3,85 MG+SULFATO DE POLIMIXINAB 11.000 UI +CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20 MG	FRASC	50	2,58	
162	FLUOXETINA 20 MG/ML (GOTAS)	FRASC	20	42,38	
163	FLUOXETINA 20 MG	CAPS	50.000	0,08	
164	FORMOTEROL 12 MCG	CAPS	510	1,28	
165	FORMOTEROL 6MCG +BUDESONIDA 200 MCG	CAPS	180	0,32	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

166	FORMOTEROL 12 MCG+BUDESONIDA 400 MCG	CAPS	510	0,54	
167	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	30.000	0,06	
168	GABAPENTINA 300 MG	CAPS	900	0,43	
169	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMP	15.000	0,03	
170	GLICAZIDA 30 MG LIB PROLONGADA	COMP	12.000	0,18	
171	GLIMEPERIDA +METFORMINA 4 /1000 MG	COMP	360	1,98	
172	GLIMEPERIDA 4 MG	COMP	12.000	0,17	
173	GUACO MIKANIA GLOMERATA 35 MG/ML	FRASC	50	2,21	
174	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	5.000	0,20	
175	HALOPERIDOL 0,2% 2 MG/ML GOTAS(FRASCO C/20ML)	FRASC	100	3,30	
176	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML (50MG/ML)	AMPOL	250	6,15	
177	HIDRALAZINA 25 MG	COMP	360	0,30	
178	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	60.000	0,03	
179	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	COMP	8.000	0,06	
180	HIDROCORTIZONA 10 MG/G(1%)	BISNAG	20	6,88	
181	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 6%+ HIDROXIDO DE MAGNÉSIO 4 %	FRASC	300	2,61	
182	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60 MG/ML	FRASC	400	2,44	
183	HIDROXIQUINOLINA+TROLAMINA	FRASC	30	21,90	
184	IBUPROFENO 300 MG	COMP	6.000	0,14	
185	IBUPROFENO 600 MG	COMP	10.000	0,18	
186	IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS (FRASCO C/ 30ML)	FRASC	350	1,61	
187	IMIPRAMINA 25 MG	COMP	4.000	0,36	
188	ISOSSORBIDA 10 MG	COMP	2.000	0,28	
189	ISOSSORBIDA 20 MG	COMP	10.000	0,17	
190	ISOSSORBIDA 40 MG	COMP	1.000	0,30	
191	ITRACONAZOL 100 MG	CAPS	100	0,85	
192	IVERMECTINA 6 MG	COMP	450	0,65	
193	LACTULOSE 667MG/ML	FRASC	50	3,80	
194	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100/25 MG (lib. Prolongada)	COMP	10.000	1,51	
195	LEVODOPA +BENSERAZIDA 200/50 MG (lib.prolongada)	COMP	2.000	2,00	
196	LEVODOPA +CARBIDOPA 250/25 MG	COMP	4.000	0,74	
197	LEVOFLOXACINO 500 MG	COMP	800	0,69	
198	LEVOFLOXACINO 750 MG	COMP	800	2,73	
199	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	COMP	2.000	0,69	
200	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	COMP	6.000	0,41	
201	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML	FRASC	100	10,00	
202	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMP	10.000	0,12	
203	LEVOTIROXINA SÓDICA 38 MCG	COMP	8.000	0,28	
204	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	20.000	0,12	
205	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	COMP	15.000	0,19	
206	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	COMP	3.000	0,27	
207	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMP	15.000	0,12	
208	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	COMP	2.000	0,30	
209	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	3.000	0,27	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

210	LEVOTIROXINA SÓDICA 175 MCG	COMP	1.000	0,35	
211	LISONOPRIL 5 MG	COMP	360	0,57	
212	LISONOPRIL 10 MG	COMP	360	0,40	
213	LISONOPRIL 20 MG	COMP	360	0,46	
214	LOPERAMIDA 2 MG	COMP	4.000	0,11	
215	LORATADINA 10 MG	COMP	15.000	0,10	
216	LORATADINA 1 MG/ML	FRASC	50	2,67	
217	LOSARTANA 100 MG	COMP	2.000	0,32	
218	LOSARTANA 50 MG	COMP	130.000	0,08	
219	LOSARTANA 25 MG	COMP	6.000	0,75	
220	MACROGOL3350+BICARBONATO+CLORETO DE SÓDIO+CLORETO DE POTÁSIO 13,125G+0,1775G+0,3507G+0,0466 G	SACHE	180	1,81	
221	MEBENDAZOL 100 MG	COMP	100	0,29	
222	MEBENDAZOL 20MG/ML	FRASC	20	1,60	
223	MELOXICAM 15 MG	COMP	10.000	0,09	
224	MEMANTINA 10 MG	COMP	3.000	0,30	
225	METFORMINA 500 MG	COMP	10.000	0,10	
226	METFORMINA 500 MG XR (LIBERAÇÃO PROLONGADA)	COMP	50.000	0,18	
227	METFORMINA 850 MG	COMP	250.000	0,10	
228	METILDOPA 250 MG	COMP	4.000	0,41	
229	METILDOPA 500 MG	COMP	3.000	0,90	
230	METILFENIDATO 10 MG	COMP	360	0,39	
231	METOCLOPRAMIDA 10 MG	COMP	5.000	0,09	
232	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML	FRASC	150	1,20	
233	METOTREXATO 2,5 MG	COMP	3.000	0,81	
234	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL	BISN	150	5,44	
235	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	1.500	0,15	
236	METRONIDAZOL 400 MG	COMP	1.500	0,32	
237	MICONAZOL , NITRATO 2% C.V 80 GR	BISNAG	100	6,25	
238	NEOMICINA +BACITRACINA 5 MG/G+250UI/G	BISNAG	350	1,98	
239	NIFEDIPINO 10 MG	COMP	1.000	0,14	
240	NIFEDIPINO 20 MG	COMP	2.000	0,13	
241	NIMESULIDE 100 MG	CAPS	5.000	0,09	
242	NISTATINA 100.000UI/ML SUSP ORAL	FRASC	100	4,20	
243	NISTATINA 25.000UI/G 50GR (CREME VAGINAL)	BISNAG	150	4,14	
244	NISTATINA 100.000UI +OXIDO DE ZINCO (200MG/G)	BISNAG	50	6,38	
245	NITROFURANTOINA 100 MG	CAPS	2.000	0,26	
246	NORFLOXACINO 400 MG	CAPS	1.000	0,39	
247	NORTRIPTILINA 25 MG	CAPS	1.000	0,27	
248	NORTRIPTILINA 50 MG	CAPS	1.000	0,52	
249	OLEO MINERAL SOLUÇÃO ORAL	FRASC	150	3,04	
250	OMEPRAZOL 20 MG	CAPS	100.000	0,09	
251	ODANSETRONA 4 MG	COMP	510	0,31	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM

252	ODANSETRONA 8 MG	COMP	5.000	0,31	
253	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG	COMP	180	0,81	
254	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML 6%	FRASC	20	33,97	
255	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	COMP	2.500	0,81	
256	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	15.000	0,14	
257	PANTOPRAZOL SÓDICO 40 MG (LIB. PROLONGADA)	COMP	40.000	0,19	
258	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS(FRASCO C/15ML)	FRASC	400	1,10	
259	PARACETAMOL 500 MG	COMP	30.000	0,09	
260	PARACETAMOL 750 MG	COMP	20.000	0,15	
261	PARACETAMOL+CODEINA 500 MG/30 MG	COMP	20.000	0,41	
262	PAROXETINA 20 MG	COMP	6.000	0,23	
263	PERICIAZINA 4% GOTAS	FRASC	50	18,25	
264	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	COMP	1.000	0,24	
265	PERMITRINA (1%)10 MG/ML LOÇÃO	FRASC	10	3,10	
266	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL (60ML)	FRASC	100	4,54	
267	PREDNISONA 20 MG	COMP	5.000	0,17	
268	PREDNISONA 5 MG	COMP	4.000	0,07	
269	PREGABALINA 75 MG	CAPS	3.000	0,50	
270	PROPAFENOMA 300 MG	CAPS	4.000	0,55	
271	PROPATILNITRATO 10 MG	COMP	10.000	0,44	
272	PROPRANOLOL 40 MG	COMP	8.000	0,04	
273	QUETIAPINA 200 MG	COMP	360	1,13	
274	QUETIAPINA 100 MG	COMP	360	0,64	
275	QUETIAPINA 25 MG	COMP	15.000	0,21	
276	RAMIPRIL 5 MG	COMP	2.000	1,55	
277	RAMIPRIL +ANLODIPINO 10MG/5 MG	COMP	360	1,68	
278	RISPERIDONA 1 MG	COMP	4.000	0,12	
279	RISPERIDONA 2 MG	COM	8.000	0,13	
280	RISPERIDONA 3 MG	COMP	5.000	0,20	
281	ROSUVASTATINA 10 MG	COMP	360	0,34	
282	ROSUVASTATINA 20 MG	COMP	360	0,60	
283	SACUBITRIL VALSARTANA SÓDICA HIDRATADA 100 MG	COMP	360	3,94	
284	SAIS DE REIDRATAÇÃO SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ	ENVEL	600	0,90	
285	SALBUTAMOL 100 MCG SPRAY	FRASC	300	9,00	
286	SAXAGLIPTINA +DAPAGLIFLOZINA 5 MG/10 MG	COMP	180	6,16	
287	SECNIDAZOL 1000 MG	COMP	800	0,99	
288	SERTRALINA 50 MG	COMP	20.000	0,12	
289	SIMETICONA 75 MG/ML	FRASC	300	1,53	
290	SINVASTATINA 20 MG	COMP	60.000	0,08	
291	SINVASTATINA 40 MG	COMP	30.000	0,14	
292	SOTALOL 160 MG	COMP	3.000	0,79	
293	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG	COMP	15.000	0,33	
294	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	COMP	50.000	0,54	
295	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 800/160 MG	COMP	1.000	0,39	

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97

Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135

E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

296	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400/80 MG	COMP	6.000	0,18	
297	SULFAMETOXAZOL +TRIMETROPINA 200/40 MG/5 ML	FRASC	100	3,33	
298	SULFATO FERROSO 125 MG/MLGOTAS	FRASC	100	0,96	
299	SULFATO FERROSO 40 MG	COMP	15.000	0,04	
300	SULPIRIDA 50 MG	COMP	1.500	0,60	
301	SUPLEMENTO DE VITAMINAS +MINERAIS DE AaZ	COMP	20.000	0,06	
302	TARTARATO DE METOPROLOL 100 MG	COMP	8.000	0,31	
303	TIORIDAZINA 50 MG	COMP	2.000	0,75	
304	TRAMADOL 100 MG	COMP	510	3,40	
305	TRAMADOL 50 MG REVESTIDO(LIB, PROLONGADA)	COMP	1.000	0,23	
306	TRAMADOL 50 MG/ML INJETÁVEL AMP. 1ML	AMPO	50	1,28	
307	VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMP	6.000	0,14	
308	VENLAFAXINA 75 MG (AÇÃO PROLONGADA)	CAPS	5.000	0,67	

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		Endereço:
CNPJ:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Fone/Fax:	Email:	

Data, carimbo com CNPJ e assinatura do proponente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, do CPF n.º _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____ de _____ de 202_.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um “X” a condição da empresa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, do CPF n.º _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data:

- a)** não se encontra impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** não há empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si no presente certame;
- d)** não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital;
- e)** não possui agente público do órgão licitante no seu contrato social.
- f)** não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____ de _____ de 202__.

(assinatura do responsável pela empresa)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

ANEXO IV

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

CNPJ:

INSC.:

REPRESENTANTE LEGAL:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

FONE:

CPF:

RG:

E-MAIL:

CARGO OU FUNÇÃO:

NOME DE QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

FONE:

CPF:

RG:

E-MAIL:

Obs: Se tiver procuração, favor anexar.

DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:

CIDADE:

AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

ANEXO V

MINUTA DA ATA

Ata de Registro de Preços n.º ____/202

O **MUNICÍPIO DE ALECRIM**, com sede na Rua Nicolau José Schaedler, n.º 42, na cidade de Alecrim-RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.612.784/0001-97, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Neusa Ledur Kuhn, considerando o julgamento da licitação acima mencionada, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, representada por _____, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de _____.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as quantidades mínimas e máximas de cada item são as que seguem:

Item	Especificação	Uni- dade	Marca	Qtde Míni- ma	Qtde Máxi- ma	Valor Unit. (R\$)
01						

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme o estabelecido no Decreto Municipal n.º 3.004 de 06 de abril de 2023.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Rua Nicolau José Schaedler, 42 – CNPJ 87.612.784/0001-97
Fone: (55)3546-1300/1305/1310/1135
E-mail: prefeitura@alecrim.rs.gov.br www.alecrim.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos, quando for o caso, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ALECRIM

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital da licitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALECRIM**

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Cristo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da contratação dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Alecrim, __ de _____ de 202__.

MUNICÍPIO DE ALECRIM

FORNECEDOR

Testemunha

Testemunha